

Descolonizar futuros palestinos: o papel da comunidade internacional para a resolução justa da Questão Palestina/Israel

Decolonizing Palestinian futures: the role of the international community in the fair resolution of the Palestine/Israel Question

Bruno Huberman*

Sabrina Fernandes**

Resumo

O novo estágio de genocídio e limpeza étnica perpetrado por Israel na Palestina desde 7/10/2023 se desenvolveu diante da falha da comunidade internacional, incluindo governos solidários aos palestinos, de agir materialmente para o cessar-fogo e a promoção real de paz. A inclusão de palestinos como dignos de direitos e liberdade segue aprisionada por retóricas vazias a partir de uma solução de dois Estados que, em vez de construir caminhos de descolonização, faz parte do arcabouço de normalização das relações com Israel, de fato, um estado único colonial. Israel não somente age com impunidade, mas tem o poder e ferramentas para oprimir palestinos por causa do apoio econômico e legitimidade política que recebe há muitas décadas de outros estados, incluindo aqueles que criticam a colonização, mas cedem à diplomacia de armas israelense e fecham acordos militares e comerciais. Neste artigo, argumentamos que medidas de solidariedade real que contribuam de fato para a paz exigem métodos de descolonização que incluem a desnormalização de Israel nas relações internacionais. Apontamos para ações recentes envolvendo bloqueios e a possibilidade de sanções e embargos como parte do caminho e o valor de movimentos sociais, sindicatos e sociedade civil organizada engajados em ação direta e pressão na arena internacional.

Palavras-chave: Palestina/Israel; colonialismo; descolonização; sanções; embargo militar

* Professor do curso de Relações Internacionais da PUC-SP. Doutor e Mestre em Relações Internacionais pelo Programa de Pós-Graduação San Tiago Dantas (UNESP, UNICAMP e PUC-SP). Vice-líder do Grupo de Estudos sobre Conflitos Internacionais (GECI/PUC-SP) e pesquisador do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia para Estudos sobre os Estados Unidos (INCT/INEU). Autor de *The Palestinians and East Jerusalem: under neoliberal settler colonialism* (2023). Contato: bhuberman@pucsp.br

** Sabrina Fernandes é socióloga e economista política com doutorado pela Carleton University, Canadá e Chefe de Pesquisa do Instituto Alameda. Pesquisa transições e ecologia, com especialidade em política latino-americana, e atua em frentes de solidariedade com a Palestina. Foi fellow de pós-doutorado da Rosa Luxemburg Stiftung e do CALAS em Guadalajara. Autora de *Sintomas Mórvidos* (2019) e *Se quiser mudar o mundo* (2020). Contato: sabrina.fernandes@alameda.institute

Abstract

The new stage of genocide and ethnic cleansing perpetrated by Israel in Palestine since 7 October 2023 has developed in the face of the failure of the international community, including governments that show solidarity with the Palestinians, to act materially towards a ceasefire and the real promotion of peace in the region. The inclusion of Palestinians as worthy of rights and freedom continues to be imprisoned by empty rhetoric based on a two-state solution which, instead of building paths to decolonisation, is part of the framework for normalising relations with Israel, affirming a de facto colonial one-state reality. Israel not only acts with impunity, but has the power and tools to oppress Palestinians because of the economic support and political legitimacy it has received for many decades from other states, including those that criticise colonisation but give in to Israeli arms diplomacy and close military and trade deals. In this article, we provide this panorama to argue that measures of real solidarity that actually contribute to peace require methods of decolonisation that include the denormalisation of Israel in international relations. We point to recent actions involving blockades and the possibility of sanctions and embargoes as part of the way forward and the value of social movements, trade unions and organised civil society engaging in direct action and pressure in the international arena.

Keywords: Palestine/Israel; colonialism; decolonization; sanctions; military embargo

Introdução

A reconfiguração do conflito na Palestina a partir de outubro de 2023 aqueceu debates tanto emergenciais, principalmente sobre as demandas diplomáticas por um cessar-fogo, quanto de cunho estratégico para a resolução da Questão Palestina/Israel. Tais debates não estão isolados, já que diversas tentativas pela comunidade internacional, especialmente a partir dos protocolos diplomáticos e canais de governança mundial, como a própria ONU, falharam em surtir o efeito imediato para pressionar Israel por um cessar-fogo e a ajuda humanitária adequada para o povo de Gaza. Com o aumento da violência israelense na Cisjordânia governada pela Autoridade Palestina (AP), sob a liderança do Fatah, onde a justificativa das forças militares de alvejar militantes do Hamas não se sustenta, fica evidente que a busca por uma resolução exige compreender a realidade palestina para além dos ataques pelo Hamas em 07 de outubro e o assalto intenso de Israel sobre Gaza com bombardeios, bloqueios e ameaças de limpeza étnica completa, assim como investidas militares no Líbano, no Egito e na Síria neste período.

Olhar somente para a história recente é um resultado conveniente para Israel pois torna mais difícil enxergar a raiz do problema. Quando o 07 de outubro aparece como marco inicial na imprensa, representantes do projeto israelense conseguem apresentar as ações na Palestina e na região como atos de defesa, descolando da narrativa qualquer preocupação com as mais de sete décadas de ocupação, o regime de apartheid e o enraizamento das práticas de limpeza étnica. Olhar para o passado é um exercício de desnormalização do Estado de Israel e é essencial para traçar qualquer perspectiva de futuro realmente pós-colonial na região. Mas a desnormalização não é apenas uma atividade teórica. Como afirmam Tuck e Wayne Yang (2012), “descolonização não é uma metáfora”. Descolonização deve ser uma diretriz para a comunidade

internacional que deseja avançar uma solução na região que escape de declarações idealistas sobre formatos estatais e resoluções na ONU que falham, vez após vez, em demonstrar força material. O mundo tem responsabilidade sobre o passado, o presente e o futuro de Palestina/Israel, o que implica a construção de um caminho sério de descolonização.

Neste artigo, reivindicamos a necessidade de a comunidade internacional começar a agir em relação a Palestina/Israel de forma a contribuir de fato para a paz para além de discursos críticos à morte de civis, aos ataques a hospitais e à desproporcionalidade do uso da força por Israel. A proteção que os EUA asseguram a Israel exige daqueles que são solidários à causa palestina ação condizente com a radicalidade de seu discurso. Isso significa interromper a normalização do Estado colonial de Israel nas relações internacionais. Diante do genocídio promovido por Israel em Gaza, apenas África do Sul, Bolívia e Belize cortaram relações com o país entre outubro e dezembro de 2023, enquanto Bahrein, Chade, Chile, Colômbia, Honduras, Jordânia e Turquia retiraram seus embaixadores de Israel. Isso demonstra como o Sul Global é o espaço de onde surgem as principais ações capazes de pressionar Israel pela descolonização da Palestina. Mas também mostra a limitação da solidariedade material das elites políticas do Sul com os palestinos. A descolonização de Palestina/Israel será necessariamente global, assim como tem sido o processo colonial israelense. Por essa razão, o envolvimento direto de Estados na solidariedade real que contribua verdadeiramente para a descolonização é fundamental. Afinal, a descolonização de Palestina/Israel afeta paradigmas da geopolítica, da economia política internacional e da relação entre povos e territórios, o que também contribui para a descolonização do Sul Global como um todo.

Na primeira parte deste artigo, trazemos a realidade colonial como a perspectiva mais apropriada para compreender o passado e o presente do Estado de Israel. Com isso, contextualizamos a problemática da legitimidade concedida ao Estado pela comunidade internacional. Na segunda seção, trazemos o histórico de normalização das relações diplomáticas de Israel no Oriente Médio e no Sul Global desde 1979, apesar da irresolução da Questão Palestina. Em seguida, apontamos para os limites trazidos pela legitimação do Estado de Israel e a normalização das relações, que resultam em debates infrutíferos sobre “soluções estatais” – comumente presos aos caminhos de um ou dois estados – sem que se discuta descolonização de fato e o que garantiria uma resolução justa na região. Por fim, reforçamos que o papel da comunidade internacional na descolonização de Palestina/Israel inclui ações materiais que envolvem rompimentos, sanções e bloqueios, especialmente quando o poder militar de Israel que o capacita para a promoção de limpeza étnica e genocídio de palestinos é garantido internacionalmente através da chamada “diplomacia das armas”.

1. Israel como realidade colonial

O Estado de Israel é fruto de um processo de colonização por povoamento, isto é, um colonialismo no qual os colonos vieram de outros países e nunca foram embora (Wolfe, 2006; Salmanca *et al.*, 2012). Apesar da presença histórica de judeus e palestinos das demais fés e etnias em convívio mútuo na região, que foi colonizada ou controlada por diversas forças pelos séculos, é a partir do projeto de construção do Estado de Israel no início do século XX que os judeus – agora reconfigurados como colonos sionistas-israelenses – se estabelecem não apenas para morada nos territórios palestinos, mas

como população colona provida de direitos e privilégios que o Estado de Israel outorga através da destruição da nação nativa palestina e da expropriação constante da terra e do trabalho dos palestinos.

O resultado desse processo colonial foi o apartheid, uma solução que permite às elites israelenses equilibrarem três objetivos centrais: (1) o controle sobre todo o território da Palestina histórica conquistado à força nas guerras de 1948-49 e 1967; (2) a manutenção da maioria demográfica judaica no interior do Estado formal de Israel, assegurada a partir da limpeza étnica na Nakba de 1948, que expulsou milhares de palestinos, e da negação da cidadania aos milhões de palestinos sob ocupação militar na Cisjordânia e na Faixa de Gaza desde 1967; e (3) o exercício de um simulacro de democracia para os seus cidadãos judeus. A mesma estrutura colonial também permitiu a anexação de território sírio, as Colinas do Golã, e a discriminação de povos beduínos no Negev.

O apartheid como existe hoje não seria possível sem os processos de expulsão e anexação territorial desde o início do século XX. O movimento sionista na Palestina buscava construir uma comunidade política e uma economia colona em separado da nativa de forma a já construir as bases do que viria a ser um Estado étnico-racial de maioria judaica (Shafir, 1996). Este é o princípio da *hafrada*, termo em hebraico que significa separação e que tem constituído as políticas estatais de segregação entre judeus e palestinos (Sahd, 2022).

O desrespeito ao passado histórico e político na região por discussões que reduzem a responsabilidade pelo massacre em Gaza ao governo atual contribui para mascarar todos os massacres cometidos contra os palestinos ao longo da história, como Deir Yassin,¹ em 1948, e o projeto colonial em si. Marcadores como esquerda e direita para os governos de Israel não servem para indicar posturas moderadas versus extremistas contra os palestinos. Não foi Benjamin Netanyahu nem a extrema-direita israelense que fundaram o projeto colonial e o apartheid, mas a própria esquerda israelense. Por exemplo, os *kibbutzim*, conhecidas comunidades agrícolas protosocialistas, foram centrais para avançar a fronteira colonial sionista-israelense ao longo da história e sempre foram comunidades exclusivamente para os judeus (Shafir, 1996). Existem *kibbutzim* que ainda hoje têm o direito de vetar habitantes não judeus, isto é, principalmente palestinos. Foi a esquerda israelense a responsável por conquistar a Cisjordânia e Gaza em 1967, estabelecer a ocupação militar e construir os primeiros assentamentos civis para assegurar o controle do território (Gordon, 2008). Logo, o problema em Israel não seria uma conjuntura de governos de extrema-direita com ações mais ostensivamente racistas e coloniais, e sim uma estrutura social do Estado constituída por décadas de colonialismo incessante. A alternância entre forças de “esquerda” e “direita” no Knesset (o parlamento israelense) não desafia o colonialismo de Israel, mas disputa como executá-lo e reafirmá-lo.

Contudo, mesmo quando os 75 anos do Estado de Israel são reconhecidos como realidade colonial, apenas uma minoria de lideranças internacionais tem a coragem de questionar como essa atuação só foi possível pela legitimidade emprestada a um Estado

¹ Em 1948, milícias sionistas assassinaram pelo menos 100 palestinos, entre dezenas de crianças, no vilarejo de Deir Yassin durante a Nakba. O massacre foi um atentado terrorista contra civis palestinos que teve como objetivo incutir o medo entre moradores de vilarejos na região de Jerusalém durante a ofensiva militar dos israelenses para a conquista da cidade na Guerra Árabe-Israelense de 1948-49.

colonial construído sobre as ruínas da nação palestina e a obtenção de uma maioria demográfica a partir de limpeza étnica. Embora a denúncia dos processos de colonização, inclusive através dos termos de limpeza étnica e apartheid, tenha ganhado força no plano internacional, questionar o ato fundacional do Estado colonial com legitimidade para executar tais processos é praticamente impensável, mesmo no campo progressista. Por exemplo, o maior partido de esquerda do Brasil, o Partido dos Trabalhadores (PT), recusa-se a questionar a estrutura colonial do Estado de Israel e compor as manifestações populares em solidariedade com a causa palestina durante o massacre em Gaza, apesar das décadas de solidariedade do partido com os palestinos e das falas duras do presidente Lula da Silva, filiado ao PT, às ações israelenses em Gaza.

O Plano de Partilha da Palestina de 1947, aprovado pela ONU (naquele contexto, dominada por nações coloniais) na Resolução 181, concedeu à comunidade internacional o direito de intervir e partir um território em dois em detrimento da população nativa – os palestinos. O resultado foi a alteração da configuração política e de convivência dos povos habitantes, assim legitimando as ambições coloniais de Israel. Isso permitiu que Israel se constituísse com instituições, apoio estrangeiro e infraestrutura completamente desiguais a dos palestinos deslocados à força mundo afora. As demandas pelo reconhecimento de um Estado palestino nunca receberam apoio igual. A realidade atual é de um Estado de Israel inquestionável, enquanto o “Estado da Palestina” existe apenas no papel. A recusa em questionar a legitimidade da base estatal israelense parte da recusa da própria comunidade internacional em aceitar responsabilidade pelas atrocidades cometidas desde 1948 e não apenas no contexto contemporâneo. Nem mesmo o ataque a seus funcionários e infraestrutura por Israel no massacre de 2023 em Gaza faz a ONU ter a capacidade de se reconfigurar. Se o mero questionamento da soberania estatal de Israel ganhasse fôlego, já teria seu valor em perturbar a normalização sob a qual Israel é capaz de expropriar ainda mais território, desalojando mais de um milhão de pessoas e martirizando sem piedade milhares de crianças e adolescentes em pleno século XXI.

A associação do projeto colonial israelense à paz na região sob o argumento de que o povo judeu tem direito à sua autodeterminação torna inequívoca a existência do Estado de Israel em sua configuração colonial atual. É assim estabelecida uma armadilha fatal para a solidariedade material (além da simbólica) com os palestinos: qualquer defesa da autodeterminação palestina, seja via Estado próprio ou outra configuração, precisa passar também pelo reconhecimento do Estado de Israel. Para olhares gerais, aparece como solução razoável e equilibrada. Todavia, é a afirmação de um paradoxo formador do paradigma de catástrofe que aflige o povo palestino; afinal, não pode haver autodeterminação do povo palestino enquanto reconhecida a existência soberana do Estado executor das políticas coloniais no território. A normalização do Estado de Israel esvazia posturas críticas à colonização israelense dos palestinos, reduzindo as declarações de solidariedade a um tipo de anticolonialismo de perfumaria, que foge da análise do poder material por trás de cada ação colonizadora e efetivamente bloqueia a discussão sobre métodos e ferramentas concretas de descolonização.

Conseqüentemente, como argumenta David Lloyd (2012), torna-se impossível referir-se à libertação da Palestina no discurso sem atrelar o povo e nação palestinos à existência de Israel de alguma forma. “Palestina/Israel” aparece quase como um binômio símbolo do entrelaçamento de identidades e territórios na colonização por povoa-

mento. A afirmação da Palestina não escapa da referência a Israel, enquanto líderes políticos israelenses possuem a opção de simplesmente negar a existência Palestina até mesmo no púlpito da Assembleia Geral da ONU. Afinal, de que vale o reconhecimento da Palestina como um Estado sem soberania material efetiva no território?

Desse modo, é necessário mergulhar em como Israel consegue reivindicar a sua existência no cenário global ao ponto de sequestrar o debate e garantir que a maioria das discussões e caminhos propostos para um futuro palestino tenha que incluir e reconhecer o Estado algoz colonial que, por sua própria natureza, impede que tal futuro seja realmente pós-colonial.

2. A normalização de Israel nas Relações Internacionais

O Estado de Israel foi fundado em meio a um impasse de governança mundial. Não surpreende que uma resolução de partilha territorial e formação de Estados distintos na região a partir da ainda jovem ONU, em 1947, tenha sido recebida pelo povo palestino e as nações árabes vizinhas como um ato ilegítimo. Essa ilegitimidade foi confrontada através da guerra. Todavia, com a vitória militar israelense contra Egito, Transjordânia, Líbano, Síria e Iraque que assegura a declaração do Estado de Israel em 1948, os israelenses passam a reivindicar legitimidade através do triunfo bélico. Israel age a partir da doutrina da “muralha de ferro”, que assegura a sua existência como Estado colonial através do exercício da força bruta contra todos os árabes (Shlaim, 2004). Se a partilha estabelecida pela ONU não traria credibilidade em um mundo onde a conquista territorial através da máquina de guerra é tão normalizada, quem poderia questionar a soberania do novo Estado sobre o território da Palestina?

O reconhecimento internacional do Estado de Israel veio em etapas. Os estados fronteiriços – Egito, Líbano, Síria e Jordânia – não reconheceram a fundação do Estado. No Grande Oriente Médio, a exceção foi a Turquia, aliada dos EUA após o governo de Mustafa Atatürk (1923-38). A América Latina foi a única região do Terceiro Mundo onde Israel obteve amplo reconhecimento imediato (boa parte da África e da Ásia ainda estava sob jugo colonial europeu). O Brasil, inclusive, foi parte fundamental na aprovação da partilha da Palestina na ONU em 1947. O seu representante na organização, Osvaldo Aranha, um notório antisemita que havia barrado a imigração de judeus para o Brasil quando era Ministro de Relações Exteriores do Estado Novo varguista (Iokoi, 2004), foi um ativista pela partilha e o pronto reconhecimento de Israel em 1948. Aranha presidiu a sessão da Assembleia Geral da ONU que aprovou a partilha da Palestina e conquistou o apoio de nações latino-americanas ao pleito (Bartel, 2016).

A força demonstrada pelos israelenses em envergonhar e derrotar o nacionalismo árabe na guerra de 1967 contra Egito, Síria e Jordânia, levando ao seu declínio e ao enfraquecimento da influência soviética na região em um contexto que o petróleo havia se tornado a principal mercadoria da economia global, está na raiz da aliança incondicional entre EUA e Israel (Shlaim, 2004). A Revolução Islâmica no Irã, em 1979, que derrubou o xá Reza Pahlevi, aliado dos EUA, fez de Israel o principal parceiro dos estadunidenses na região. Um aliado não apenas por conveniência estratégica na Guerra Fria, mas também uma nação que partilharia os mesmos valores liberais e ocidentais com os EUA no coração do Oriente Médio (Beinin, 2021).

Foi no mesmo ano de 1979 que aconteceu uma reviravolta na estratégia militarista de Israel e dos EUA no Oriente Médio. Após a derrota militar (seguida por uma

reação militar que impediu uma derrota política completa) de Israel na Guerra do Yom Kippur contra Egito e Síria, em 1973, que provocou pânico na população de Israel, a esquerda israelense veio a perder o poder para a direita do Likud sob a liderança de Menachem Begin, em 1977. Até então o maior inimigo de Israel, o Egito tornou-se a primeira nação árabe a reconhecer Israel nos Acordos de Camp David, firmados em 1979, sob a mediação dos EUA de Jimmy Carter². Os acordos previam encaminhamentos para a resolução da Questão Palestina – nunca avançados – e uma robusta ajuda militar estadunidense para Egito e Israel (Shlaim, 1996). O acordo significou uma reorientação do imperialismo estadunidense no Oriente Médio: das guerras para os acordos de paz. Isto é, a combinação de guerra e paz havia assegurado a existência de Israel e alterado a balança de poder na região em favor dos EUA e de Israel.

A estratégia da paz se manteve ao fim da Guerra Fria, quando acontece a mudança mais decisiva para a normalização das relações de Israel no Oriente Médio e no Terceiro Mundo. No contexto da Guerra do Golfo, quando os EUA mobilizaram uma aliança multilateral com o apoio de praticamente todos os Estados árabes contra a invasão do Kuwait pelo Iraque de Saddam Hussein (exceção a Yasser Arafat, líder da Organização pela Libertação da Palestina (OLP)), o militarismo de Israel se tornou um problema. A revolta palestina da Intifada (1987-92) havia tornado a Questão Palestina incontornável para a construção da nova ordem internacional pelos EUA. A normalização das relações de Israel no Oriente Médio se tornou prioritária para o redesenho da região sob a hegemonia estadunidense. O objetivo era criar uma zona de livre comércio na região aos moldes do Nafta na América do Norte (Hanieh, 2013).

Os israelenses inicialmente se opuseram a negociar a paz com os palestinos. Mas os EUA do presidente George H. Bush (1989-92) pressionaram Israel com a ameaça de corte da ajuda militar. O resultado foi a Conferência de Madrid, de 1991, patrocinada por ONU, Banco Mundial e URSS. A conferência pretendia construir uma paz regional e contou com a participação de representantes de Israel, Egito, Síria, Líbano, Jordânia e Palestina. Contudo, a abertura de um canal diplomático secreto por noruegueses entre Israel e a OLP resultou no Acordo de Oslo, de 1993. Embora não tenha resultado na criação de um Estado da Palestina, o acordo serviu de demonstração de que Israel estaria comprometido com a paz na região.

Como resultado, houve a ampliação da normalização israelense no Oriente Médio e no Terceiro Mundo. Em 1991, a URSS restabeleceu relações com Israel depois de a ter interrompido por causa da guerra de 1967 – os soviéticos foram centrais para a aprovação da Partilha da Palestina, em 1947. A Rússia, especialmente sob Vladimir Putin, tornou-se grande parceira de Israel até a Guerra da Ucrânia (2022-). Em 1992, Índia e Israel estabeleceram relações diplomáticas completas apesar de já existirem relações desde 1950 – Israel foi parceiro militar da Índia em seu conflito contra o Paquistão em 1971. Ainda em 1992, Israel e China estabeleceram relações diplomáticas, tornando-se grandes parceiros econômicos e militares. Em 1994, Israel e Jordânia selaram a paz em um acordo bilateral.

Uma nova etapa da normalização de Israel no Oriente Médio aconteceu em 2020 com os Acordos de Abraão com Bahrein, Emirados Árabes Unidos, Marrocos e Sudão. O acordo foi firmado pelo primeiro-ministro israelense, Benjamin Netanyahu (2009-

² O presidente do Egito, Anwar Sadat, veio a ser assassinado por um nacionalista egípcio que viu a paz com Israel como uma traição. O país também foi expulso da Liga Árabe.

2021), sob a mediação do presidente dos EUA, Donald Trump (2017-2021), em mais um esforço de redesenhar o Oriente Médio através da paz neoliberal. Esses acordos permitiram a aproximação entre os aliados estadunidenses na região em oposição ao Eixo da Resistência, aliança formada por Irã, Síria, Hezbollah, Hamas, Jihad Islâmica, PMF (Forças de Mobilização Popular) iraquianas e os Houthis no Iêmen (Huberman & Nasser, 2023).

Os interesses dos EUA em mediar os Acordos de Abraão aparecem ao oferecer e receber moedas de trocas específicas para cada Estado árabe durante as negociações. A assinatura do acordo de normalização entre Israel e os Emirados Árabes Unidos (EAU) permitiu que os EUA formalizassem sua própria venda de armas e equipamento militar para o país árabe no valor de 23 bilhões de dólares (Singer, 2021). Por outro lado, os países árabes também ganharam acessos e vantagens especiais ao aceitarem negociar através dos Estados Unidos. O caso do Marrocos é exemplar. A normalização de suas relações com Israel permitiu que o Estado marroquino também garantisse reconhecimento para os seus próprios interesses coloniais: ao contrário da ONU e da União Europeia, os EUA formalmente declararam reconhecer o Saara Ocidental como território sob soberania do Reino do Marrocos.

Em conjunto com os Acordos de Abraão, Netanyahu e Trump buscavam impor uma solução unilateral à Questão Palestina através do “Acordo do Século”, apresentado em conferência no Bahrein, em 2019, com a presença de representantes de nações árabes e de empresários palestinos. O projeto buscava formalizar a anexação de parcelas da Cisjordânia por Israel onde estão localizados blocos de assentamentos judeus em troca de pedaços de terra desérticos aos palestinos e recursos disponibilizados por nações do Golfo Árabe. Este acordo não prosperou por causa das derrotas eleitorais de Trump e Netanyahu, mas significou o período de maior isolamento político dos palestinos no cenário global (Huberman & Nasser, 2023).

Joe Biden, que se apresentou como o nêmesis de Trump, manteve boa parte das políticas estadunidenses para Palestina/Israel, como o reconhecimento de Jerusalém como a capital de Israel com a presença da embaixada dos EUA na cidade que os palestinos também reivindicam como a sua capital (Huberman & Nasser, 2023). Em meio às movimentações das nações do Golfo Árabe na direção de China e Rússia em meio à Guerra da Ucrânia, com Arábia Saudita, EAU, Irã e Egito se juntando aos BRICS+, em 2023, Biden almejava continuar o projeto de Trump através de um acordo entre Israel e a Arábia Saudita. Poucos dias antes do ataque do Hamas no 07/10, o príncipe-herdeiro saudita, Mohamaed Bin Salman, disse que a normalização das relações com Israel estava próxima (McKernan, 2023).

É nesse contexto histórico que as relações internacionais de Israel e dos palestinos devem ser interpretadas para compreender os esforços necessários para assegurar uma paz justa na região.

3. Os limites das soluções estatais para a descolonização

O problema de não questionar as bases coloniais de Israel e a sua normalização no sistema internacional a partir de sua conexão com o imperialismo estadunidense é que isso impossibilita um futuro pós-colonial na região. São várias as razões, que se entrelaçam para formar um contexto que atrela qualquer política para palestinos ao legado colonial.

Primeiro, há um desafio de fundo no qual a normalização de um Estado colonial impede que enxerguemos como as disputas políticas em Israel podem alterar como se governa e se produz políticas públicas para os israelenses, ou seja, como as configurações de esquerda e direita afetam o governo para os israelenses. Todavia, no caso dos palestinos, a política de subjugação nos territórios é perene. O problema da colonização toma contornos táticos diferentes a cada governo, mas a estratégia de colonização – e o horizonte expansionista – é política de Estado. O ano de 2023 também foi marcado por uma série de protestos contra as reformas judiciais do governo de Benjamin Netanyahu. Todavia, por mais que alguns grupos ressaltassem que as reformas da extrema-direita piorariam também a vida de palestinos e avançariam o colonialismo de Israel, o poder judiciário israelense é responsável pelo *status quo* colonial, o que não foi questionado pela maioria das manifestações. Nas palavras de Yousef Munayyer (2023): “A própria Suprema Corte que os judeus israelenses estão protestando para salvar tem sido a parceira mais leal do Estado ao permitir esse tipo de repressão violenta e abuso contra os palestinos”.

Segundo, a normalização do Estado colonial estabelece que soluções alternativas tenham que passar pelo aceite deste Estado – criando-se um paradoxo, pois um Estado colonial não descoloniza a si mesmo. O Estado israelense prega a impossibilidade de uma Palestina e acusa o mundo solidário aos palestinos de violências imaginárias diante da possibilidade de dissolução estatal de Israel e caminhos que passem por outras configurações de governança além do Estado sionista. Mesmo que historicamente campanhas de boicote e sanções a Israel tenham alcançado poucas vitórias materiais, ações do tipo ainda apresentam ameaças simbólicas e discursivas no sentido da deslegitimação do Estado de Israel; ou seja, a crítica não somente ao regime de apartheid contra palestinos, mas também ao Estado colonial e seu direito de existir. Por isso, quando Israel denuncia e se esforça para criminalizar tais campanhas, identifica a deslegitimação como uma ameaça à segurança nacional (Olesker, 2019). Esse esforço passa por colaboração com outros Estados, como através de acordos com países do Ocidente contra a campanha palestina de Boicote Desinvestimento e Sanções (BDS) a Israel. Na França, legislação que proíbe boicotes a Estados é frequentemente usada como ferramenta específica contra o BDS Palestino, enquanto nos Estados Unidos, diversos estados possuem leis e normativas que orientam contra o boicote ou proíbem governos de fazer contratos com entidades que boicotam Israel. Para além disso, há vários atos simbólicos e declarações de repúdio e condenação ao BDS, como a moção do parlamento alemão que condena o movimento BDS como antissemita e que foi criticada por especialistas da ONU como uma tentativa de silenciar críticas ao Estado de Israel (Middle East Eye, 2020).

Embora o fim de Israel pudesse ser o resultado concreto de uma ameaça à sua soberania, a mera menção dessa possibilidade é abordada pela propaganda israelense como antissemitismo e a continuação do Holocausto contra os judeus. Essa manipulação é possível, porque, em terceiro lugar, ainda domina a narrativa de Israel que confunde o projeto colonial sionista com a proteção e paz para judeus na região. Automaticamente, o questionamento da legitimidade de Israel é lido como um ataque a direitos básicos de judeus ou, pior ainda, insinuações de que o fim do Estado colonial de Israel significaria uma tragédia de expulsão para todos os judeus na região. O fim de Israel não significaria a expulsão dos judeus, mas novas formas de permitir aos judeus se autode-

terminarem sem que isso signifique a negação da autodeterminação de todos os palestinos do rio Jordão ao mar Mediterrâneo, não somente daqueles que vivem nos territórios considerados ocupados pela comunidade internacional.

Em quarto lugar, a ausência de questionamento das estruturas coloniais do Estado de Israel permite que as pessoas fechem o debate sobre resolução da Questão Palestina/Israel dentro dos moldes estatais. Isso legitima a ideia de que é possível que um Estado étnico-nacionalista, militarizado e caracterizado pela contínua expansão colonial, simplesmente aceite uma partição territorial do mapa assim que uma fórmula mágica da diplomacia internacional seja encontrada. Isso ignora como o processo de Oslo de 1993-95, que pretendia implementar uma transição gradual para dois Estados, resultou em mais legitimidade para Israel controlar e colonizar os territórios de Gaza e da Cisjordânia (Gordon, 2008).

Quinto, o imaginário pós-colonial para a Palestina também fica preso no formato estatal, onde o modelo de dois Estados se apresenta como a única forma de ser justo com judeus e palestinos (ignorando, inclusive, outros povos locais). Isso normaliza a colonização sionista-israelense feita até 1967. Há falta de criatividade de agentes estatais em estabelecer discursos que defendam modelos de justiça decolonial, inclusive no Sul Global, onde a luta anti-colonial deixou legado. Não são poucos os governos que se pronunciam a favor de uma solução de dois Estados simplesmente como forma de indicar preocupação com a paz, como se a “solução” em si fornecesse uma fórmula de sucesso a ser explorada diplomaticamente – sem confrontar a realidade histórica e material na região. Isso ajuda, por último, a normalizar também as reivindicações racistas dos israelenses de manutenção de maioria demográfica judaica em Israel em detrimento da minoria palestina cidadã de Israel e do direito de retorno dos refugiados palestinos. Imagine se algum outro Estado do mundo reivindicasse abertamente a manutenção de uma maioria étnica-racial como objetivo legítimo?

O imaginário solucionista estatal possui apenas dois registros: solução de um Estado ou solução de dois Estados, como se um novo recorte territorial e algumas regras oferecessem a receita de sucesso que colocaria fim a mais de um século de colonização. Parece absurdo que uma lógica simplista seja tão amplamente aceita, mas a realidade é que ela capturou completamente o debate até do campo progressista. Em vez de se discutir métodos de descolonização, como a restituição da terra palestina expropriada, do trabalho palestino explorado e das vidas palestinas aprisionadas e ceifadas, somos obrigados a discutir modelos estatais imperfeitos. Isso quer dizer que estamos abordando o problema pela ponta errada da discussão. A insistência na ideia de dois estados impede esforços para um caminho de descolonização porque legitima roubo de terras palestinas onde estão hoje cidades israelenses e impede um processo de conciliação para os refugiados. Além disso, um mapa de dois Estados, como de 1967, não existe mais devido às crescentes colônias israelenses fortemente armadas na Cisjordânia e em Jerusalém Oriental.

A descolonização não envolve somente os palestinos, mas também os israelenses. A sociedade israelense deve ser descolonizada material e subjetivamente para possibilitar a convivência com os palestinos não mais a partir da relação colonizador/colonizado. Como reivindica Fanon (2022), a descolonização envolve a destruição da sociedade colonial para a sua refundação. E essa destruição não significa mais expulsão e

deslocamento, nem a construção de um, dois ou três estados, mas a refundação das bases sociais da reconciliação pacífica e justa entre palestinos e judeus.

4. A normalização como imperativo da comunidade internacional crítica a Israel

O momento que o mundo assiste quase que passivamente a Israel realizar um genocídio em Gaza pode também ser apropriado para compreender os limites dos mecanismos internacionais de resolução da Questão Palestina/Israel aplicados até hoje e permitir uma reversão ampla da normalização das relações de Israel nos últimos anos. O que vemos desde o 7 de outubro tem sido ações ainda bastante moderadas que se apegam à possibilidade de dois Estados e ao binômio Palestina/Israel em vez de cortar fontes de apoio material, diplomático e simbólico a Israel. Mesmo quando há expressão de solidariedade com a Palestina, seja nos pedidos por cessar-fogo, até mesmo na denúncia de genocídio e apartheid, as ações concretas diplomáticas ficam presas ao paradoxo de exigir alívio para palestinos, emprestando reconhecimento simbólico a seus atores políticos, sem enfraquecer o Estado colonial que é autor daquilo que se denuncia.

Recentemente, três governos latino-americanos tiveram abordagens distintas e de grande destaque em relação ao conflito na Faixa de Gaza que merecem exame: o governo de Gustavo Petro, na Colômbia, o de Gabriel Boric, no Chile, e o governo de Lula da Silva, no Brasil. Todos se mostraram solidários aos israelenses cujos familiares foram assassinados ou sequestrados por ações do Hamas, assim como se movimentaram em preocupação com Gaza, pedindo cessar-fogo e apoio humanitário.

No caso brasileiro, a presidência do Conselho de Segurança da ONU ofereceu certo destaque para a sua diplomacia, tanto nos esforços de repatriação de nacionais, quanto na elaboração da resolução que foi notoriamente vetada pelos Estados Unidos, o maior aliado de Israel. Em seus posicionamentos, o governo brasileiro diz reconhecer Israel e a Palestina, advogando por uma solução de dois Estados — embora não fique claro, como em nenhum pronunciamento internacional dos governos que fazem tal afirmação, o que exatamente Lula quer dizer com dois Estados, quais seriam as suas fronteiras ou o que garantiria à Palestina “fronteiras seguras” ao lado do Estado sionista de Israel (Brasil de Fato, 2023). O que fica claro é que a normalização do Estado colonial de Israel não é questionada, mesmo que signifique a normalização da expulsão palestina e da limpeza étnica. Diante disso, o Comitê Nacional Palestino de BDS pediu ao presidente Lula que ao menos considere revogar os acordos de cooperação entre o Brasil e Israel que foram assinados durante o governo de Bolsonaro e aprovados na Câmara dos Deputados em 18 de outubro de 2023 (Seto, 2023). Um dos acordos na área de segurança pública normaliza uma relação militar brasileira com Israel em meio aos bombardeios a Gaza. O Brasil é um dos dez maiores compradores de armas israelenses de todos os tempos (Hever, 2018). Isso quer dizer que, caso Lula leve realmente a sério sua proposta por um cessar-fogo na ONU, deve começar rompendo laços de cooperação com os responsáveis israelenses pela destruição e morte em Gaza nas últimas semanas.

O caso chileno merece destaque pois no Chile mora a maior comunidade palestina fora do Oriente Médio. A composição de classe e consciência política dessa comunidade apresentou contradições na história chilena, como através do apoio financeiro de palestinos ricos à ditadura de Augusto Pinochet (Koutteineh, 2023). Isso significa,

porém, que a identificação com a causa palestina no Chile atravessa, mesmo que de maneira torta, as fronteiras entre esquerda e direita e o próprio entendimento do autoritarismo e da colonização. A Câmara de Deputadas e Deputados do Chile conta com um Grupo Interparlamentar Chileno-Palestino, composto por parlamentares de todo o espectro político, e representantes de partidos de esquerda e de direita chilenos possuem relações amigáveis com a Autoridade Palestina e fazem visitas periódicas a Jerusalém e à Cisjordânia (Representación de Chile, s.d.; Cámara de Diputadas y Diputados, s.d.). Diante desse contexto, em que até figuras da direita tradicionalmente pinochetista chilena têm se pronunciado pela libertação da Palestina, é possível imaginar um caminho fácil para que o governo progressista de Gabriel Boric pudesse tomar um caminho mais radical de desnormalização das relações entre Chile e Israel. Contudo, mesmo após quadros da direita chilena sugerirem declarar o embaixador israelense no Chile como *persona non grata*, Boric ofereceu apenas a retirada do embaixador chileno de Tel Aviv, de modo a demonstrar insatisfação com a situação atual, porém sem causar rompimentos diplomáticos. Há pressão para que o governo cancele os acordos de cooperação militar entre Chile e Israel, inclusive após chamados de lideranças mapuche que denunciam a conexão entre as violências coloniais estatal de Israel contra palestinos e do Chile contra os mapuche (Duda, 2023) – o segundo povo indígena mais afetado por conflitos socioambientais na América do Sul (Aliaga, 2023).

No caso colombiano, Petro tem usado as suas redes sociais para expressar grande preocupação com o desequilíbrio de forças entre palestinos e o Estado de Israel, apontando a necessidade de solidariedade internacional – não somente por meios diplomáticos – e de contextualizar o que acontece hoje dentro do histórico colonial de Israel. Suas afirmações criaram desconforto com Israel, ao ponto de que foi sugerido que talvez Petro viesse a expulsar o embaixador israelense (Bernat, 2023). Foi o mais perto que um governo na América Latina chegou de questionar a normalidade institucional de Israel desde que o presidente venezuelano Hugo Chávez expulsou o embaixador israelense, em 2009, e que o presidente boliviano Evo Morales rompeu relações diplomáticas com Israel, também em 2009³. Apesar de não haver rompimento diplomático entre Colômbia e Israel neste momento, Petro decidiu abrir uma embaixada colombiana em Ramallah. A decisão parte de um lugar de confronto com a narrativa colonial de Israel. O presidente colombiano busca conectar a violência em seu território com a histórica intervenção israelense na Colômbia e trata a Palestina como um paradigma de catástrofe que merece nossa atenção pelo risco global de conflito e colapso diante da crise climática. Porém, a ação de Petro demonstra que ainda é mais fácil para atores internacionais críticos de Israel investir em melhorar sua relação com a frágil Autoridade Palestina do que realmente interromper a sua relação com o Estado de Israel.

O primeiro-ministro da Espanha, Pedro Sánchez, fez movimento semelhante ao reconhecer o Estado da Palestina enquanto a sua ex-ministra dos Direitos Sociais, Ione Belarra, criticava o genocídio israelense em Gaza e reivindicava o corte de relações do seu país com Israel (Farinelli, 2023). O reconhecimento do Estado palestino é uma saída fácil para forças progressistas que não pretendem se engajar em formas de solidariedade concreta com os palestinos.

³ Essas relações foram fragilmente reestabelecidas pelo governo de Jeanine Añez, de modo que a atitude do governo atual de Luis Arce de romper novamente as relações com Israel é a retomada da política anterior de solidariedade com a Palestina.

5. A diplomacia das armas de Israel e respostas alternativas

É preciso permitir que a compreensão do passado palestino influencie as políticas da comunidade internacional diante de Israel. Na campanha BDS, o tópico de sanções passa longe do arcabouço diplomático dos Estados. Foi justamente esse processo, liderado pela campanha de BDS sul-africana, que rompeu as relações da comunidade internacional, incluindo grandes potências como EUA e Reino Unido, e serviu de pressão externa para o fim do regime de apartheid na África do Sul. O embargo militar a Israel é um exemplo de sanção que afeta diretamente as relações internacionais do país e contribui para conter a violência na Palestina e em outras partes do mundo.

Israel historicamente expande a sua influência internacional por meio da chamada “diplomacia das armas” (Klieman, 1985; Halper, 2015). Através do desenvolvimento e venda de armas, tecnologia militar e sistemas de vigilância, o país obtém benefícios econômicos e políticos. A “diplomacia das armas” é um componente essencial para as relações exteriores de Israel pois usa as relações construídas a partir do comércio de armas e da cooperação militar para garantir que seus interesses geopolíticos prevaleçam em relação à Palestina e aos seus adversários no Oriente Médio, como o Irã (*ibidem*).

Israel tem servido como uma proxy dos Estados Unidos desde a Guerra Fria, quando passou a vender armas ou fornecer treinamento a regimes militares da Argentina, Chile e Brasil, além de outros países do Terceiro Mundo, como a Mobuto, no Zaire, Idi Amin, em Uganda, e ao regime de apartheid na África do Sul. Israel também ajudou a treinar as forças contrarrevolucionárias em El-Salvador, Honduras e Guatemala (Halper, 2015; Hever, 2018). Após o 11/09 de 2001 e o início da Guerra ao Terror, Israel recuperou a sua importância militar na política externa dos EUA, auxiliando nas operações estadunidenses no Oriente Médio. Os israelenses se especializaram na utilização de tecnologias para o controle de fronteiras, vigilância populacional, identificação biométrica e perfilamento de potenciais ameaças, especialmente as consideradas “terroristas”, que foram exportadas para policiais, militares e forças de inteligência do mundo inteiro através de treinamentos em contraterrorismo (*ibidem*).

Os conflitos assimétricos de “baixa intensidade” contra inimigos “irregulares” dominam o Sul Global e permitem Israel se aprofundar no mercado de segurança da região a partir da venda de conhecimentos e tecnologias capazes de auxiliar as elites estabelecerem uma ordem de mercado estável por meio da repressão de seus cidadãos nas “guerras” às drogas, ao crime, ao terror e aos imigrantes (Halper, 2015). Nos anos 2010, Israel foi o sétimo maior vendedor de armas para países do Sul Global, permitindo aproximação econômica e política com países como Índia, Azerbaijão, China, Rússia, Brasil e Colômbia (Halper, 2015, p. 193). O setor militar israelense alcançou um recorde de exportações no valor de US\$11,3 bilhões em 2021, principalmente devido aos Acordos de Abraão (Yaron, 2022).

A presença da diplomacia das armas de Israel na América Latina remonta à década dos 1960. Muito antes de qualquer outra região do mundo, a América Latina se converteu num laboratório para os israelenses. Nos anos 1980, a região concentrava 50% das exportações israelenses. Israel detinha inúmeros admiradores entre os ditadores latino-americanos, foi decisivo no desdobramento de diversos conflitos na região e conseguiu construir importantes relações políticas a partir do comércio de produtos

militares. Seus conhecimentos e equipamentos adaptam-se bem aos conflitos de baixa intensidade contra forças revolucionárias (Bahbah, 1986). Atualmente, Brasil, Argentina, Chile, Colômbia, México, Honduras e Nicarágua são os maiores compradores de armas de Israel na região (Sipri, 2023).

Nos primeiros dois governos de Lula da Silva (2003-2010), o Brasil assumiu uma política externa de projeção global que envolvia aproximação com nações árabes, das questões geopolíticas do Oriente Médio, resolução das suas questões de segurança internas para receber eventos internacionais e modernização das Forças Armadas, que lideraram a Missão de Paz da ONU no Haiti. Este conjunto de fatores criou uma necessidade de aquisição de capacidades coercitivas no mercado internacional e Israel esteve bem posicionado para se tornar um dos maiores vendedores de armas para o país. Com a eleição de Jair Bolsonaro à presidência em 2018, o comércio de segurança se tornou um dos elementos na aproximação entre os países.

A lentidão e recusa da diplomacia estatal em confrontar a diplomacia das armas israelense e de agir para desnormalizar relações com Israel segue mesmo diante do que especialistas têm chamado de um caso de genocídio, por definição, em Gaza (Segal, 2023). Sanções não estão em jogo. Para sancionar, os demais Estados têm que desnormalizar sua relação com Israel. Enquanto essa ferramenta é facilmente empregada pelo imperialismo diante de guerras militares e econômicas, como vemos nos casos de Rússia, Irã, Cuba e Venezuela, falta esforço de governos progressistas de explorarem como, via sanções ou não, poderiam desnormalizar as relações com Israel. Essa desnormalização em si não significaria questionar a legitimidade do Estado colonial, mas certamente enviaria um recado mais efetivo que resoluções da ONU que significam pouco ou nada para um Estado que tranquilamente viola artigos da Quarta Convenção de Genebra e embarca em crimes internacionais de guerra.

É limitante a crença de forças progressistas do Sul Global de que será possível desescalar o conflito militar e solucionar a Questão Palestina com uma atuação diplomática que supõe que o Estado de Israel cumprirá acordos – quanto mais bem escritos e negociados sejam no Conselho de Segurança da ONU. Israel viola cotidianamente dezenas de resoluções do Conselho de Segurança, como a Resolução 452 (20 de julho de 1979), que demanda que Israel pare imediatamente com a construção de colônias na Cisjordânia e em Jerusalém, ou a Resolução 1435 (24 de setembro de 2002), que demanda que Israel interrompa suas atividades militares, incluindo a destruição de infraestrutura civil, em Ramallah. A comunidade internacional insiste nos mesmos caminhos falidos que empoderam o descumprimento das demandas, mesmo sabendo que até quando os Estados Unidos não exercem seu poder de veto a favor de Israel, o Estado israelense ignora as resoluções. O fracasso contínuo tem raiz no tratamento de Israel como um Estado qualquer, em vez de uma força colonial que segue se expandindo. O fracasso da diplomacia internacional em reconhecer em Israel um Estado colonial, em contínua expansão, impede que se trace um horizonte que não seja apenas de apaziguamento, mas sim de descolonização. Um dos primeiros passos para construir futuros pós-coloniais é justamente reconhecer que um Estado colonial não descolonizará a si mesmo e que ferramentas de desnormalização se fazem necessárias para que a mesma comunidade internacional que habilitou Israel para massacrar palestinos finalmente assumira responsabilidade na solução justa.

Que nenhum país árabe tenha cortado as suas relações diplomáticas com Israel até dezembro de 2023 demonstra que a ação concreta de solidariedade aos palestinos na região depende dos lugares onde não há relações amigáveis com Israel e/ou onde prevalecem conflitos territoriais-militares históricos com o Estado sionista. Ao mesmo tempo em que bombardeia Gaza intensamente desde outubro de 2023, Israel age também com investidas militares no sul do Líbano e da Síria. Ambos os países também tiveram território e soberania usurpados por Israel desde o século 20, seja por conta da criação de fronteiras entre Palestina e Líbano que rompeu a infraestrutura de cooperação entre comunidades locais e que, subsequentemente, foram colonizadas na criação de Israel (Kaufman, 2006), seja através da ocupação e anexação israelense das Colinas do Golã sírio. O caso do Iêmen também chama a atenção, pois além do país não ter relações diplomáticas com Israel, o movimento Houthi, que controla a capital Sanaa, têm atacado embarcações israelenses ou ligadas a Israel como parte de apoio militar aos palestinos (Motamedi, 2023). Coincidentemente, em 05 de dezembro de 2023, o Programa Alimentar Mundial da ONU decidiu pausar a sua resposta humanitária nas regiões do Iêmen controladas pelo Houthi, alegando negociações infrutíferas há quase um ano e recursos insuficientes (World Food Programme, 2023).

Enquanto se espera que outros estados rompam relações com Israel, seguindo o exemplo da África do Sul, e trilhando o caminho para que o rompimento de acordos de cooperação militar, embargos de armas e sanções possam alterar o equilíbrio de forças que empodera a máquina colonial israelense, cabe lembrar que a comunidade internacional também é composta pela organização de pessoas solidárias à causa palestina. Através de coletivos, movimentos sociais e sindicatos, é possível implementar táticas de bloqueio físico que geram consequências imediatas e podem influenciar também estratégias a longo prazo. Bloqueios físicos, quando grupos de pessoas engajam em piquetes e ocupações para impedir transporte e/ou passagem de pessoas e/ou mercadorias com destino a Israel, podem funcionar rapidamente inclusive em lugares onde o boicote planejado via BDS tenha sido criminalizado e marginalizado. O estágio mais recente de limpeza étnica e destruição militar em Gaza por parte de Israel desencadeou protestos ao redor do mundo e mobilizou ativistas a planejar bloqueios e demandar rompimentos diplomáticos. Foi o caso das manifestações pela expulsão do embaixador israelense na Irlanda e de ativistas que bloquearam a saída de um navio da Califórnia para Israel (Middle East Monitor, 2023; Young & Sherlock, 2023).

Sindicatos e associações profissionais palestinos se uniram em um chamado para que outros sindicatos e organizações se recusem a produzir e transportar armas para Israel, encorajando também que a sociedade civil internacional pressione seus governos para cessar qualquer comércio militar com os israelenses (Workers in Palestine, 2023a). Desde então, mais sindicatos ao redor do mundo têm agido para atender o chamado, como várias organizações sindicais de transporte belgas (Reuters, 2023), que se recusaram a transportar armas, e o sindicato de ferroviários de Chiba, que organizou piquetes para pressionar que empresas de aviação japoneses encerrem acordos com a israelense Elbit Systems (Workers in Palestine, 2023b). No Reino Unido, grupos sindicais também ocuparam a entrada de fábricas de armas ligadas à Elbit e se declararam em solidariedade à campanha BDS (Sagir, 2023). Na Catalunha, não somente o sindicato de portuários paralisou o transporte de armas para Israel, como a legislatura da cidade de Barcelona decidiu suspender relações com Israel até que haja um cessar-fogo permanente (McMurtry, 2023). No Brasil, militantes fizeram atos simbólicos em frente

a fábricas subsidiárias da Elbit, mas sem poder material de interrupção das atividades (Redação RBA, 2023).

Conclusão

A comunidade internacional não pode se prender às possibilidades de solução estabelecidas pelas grandes potências internacionais como as únicas alternativas realistas; muito menos ao considerar que o *status quo* diplomático é simultaneamente mantido e desrespeitado por países como os Estados Unidos, principal aliado e financiador do Estado de Israel. Imaginar e reivindicar a descolonização da Palestina significa atuar para descolonizar todos os Estados coloniais do mundo, do Brasil à Austrália, passando por EUA e Chile. É uma luta particular que expressa a libertação de povos oprimidos de todo mundo. Descolonizar o Brasil significa contribuir para a descolonização da Palestina e vice-versa. É possível criticar os processos de descolonização observados nas últimas décadas em Cuba, Venezuela e Bolívia, que são permeados por diversas contradições. Contudo, são somente estes Estados latino-americanos que conseguiram aprofundar a descolonização de suas estruturas estatais que encerraram as suas relações diplomáticas com Israel e se engajaram em ações de solidariedade mais efetivas com os palestinos.

Outros países que superaram regimes coloniais e de apartheid, como o caso de Irlanda e África do Sul, também tem demonstrado importante solidariedade aos palestinos. O caso sul-africano é particularmente relevante pois tem sido o exemplo de mobilização internacional dos palestinos desde a adoção da campanha de BDS, em 2005, e do esforço discursivo de enquadrar a situação na Palestina como uma de apartheid. Os esforços de solidariedade de povos que ainda estão sob o colonialismo ou conseguiram alcançar uma situação pós-colonial precisam ir além de declarações simbólicas para que a capacidade de expansão colonial de Israel seja freada, o que implica também interromper a normalização de Israel nas relações internacionais. O Sul Global pode e deve servir como este espaço de referência onde a solidariedade radical e material com os palestinos para auxiliar na pavimentação do caminho de libertação nacional sirva de contraponto à aliança de Israel com o Ocidente e elites coloniais do mundo. Futuros radicais envolvem modos de ação igualmente radicais.

Referências

- ALIAGA, Carolina. *Proyectos extractivos y de desarrollo industrial amenazan futuro de los pueblos indígenas en Chile y el mundo*, 2023. Disponível em: <<https://uchile.cl/noticias/206008/proyectos-extractivos-amenazan-futuro-de-los-pueblos-indigenas>>. Acesso em 7 de dezembro de 2023.
- BAHBAH, Bishara. *Israel and Latin America: the military connection*. Berlin: Springer, 1986.
- BARTEL, Carlos Eduardo. *O movimento sionista e a comunidade judaica brasileira. 1901-1956*. Curitiba: Editora Prismas, 2016.
- BEININ, Joel. “The Us-Israeli alliance”. In: HADDAD, Bassam; SEIKALY, Sherene; BEININ, Joel (Eds.). *A critical political economy of the Middle East and North Africa*. Stanford: Stanford University Press, 2021, pp. 196–214.
- BERNAT, Emma Jaramillo. *Petro se distancia más de Israel: llama a consultas a la embajadora*, 2023. Disponível em: <<https://elpais.com/america-colombia/2023-11-01/petro-se-distancia-mas-de-israel-llama-a-consultas-a-la-embajadora.html>>. Acesso em 7 de dezembro de 2023.
- BRASIL de Fato. *Gaza: Lula defende criação de Estado palestino como “única solução possível”; fechamento de embaixada em Israel é aprovado pelo congresso da África do Sul*, 2023. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2023/11/21/gaza-lula-defende-criacao-de-estado-palestino-como-unica-solucao-possivel-fechamento-de-embaixada-em-israel-e-aprovado-pelo-congresso-da-africa-do-sul>>. Acesso em 7 de dezembro de 2023.
- CÁMARA de Diputadas y Diputados. *Grupo Interparlamentario Chileno-Palestino*. Disponível em: <https://www.camara.cl/diputados/grupo_interparlamentario_integrantes.aspx?prmId=33&prmPage=5>. Acesso em 7 de dezembro de 2023.
- DUDA, Nyki. “Somos Sur”: Mapuche and Palestinian Chileans stand in solidarity with Gaza, 2023. Disponível em: <<https://nacla.org/somos-sur-mapuche-and-palestinian-chileans-stand-solidarity-gaza>>. Acesso em 7 de dezembro de 2023.
- FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2022.
- FARINELLI, Victor. *Ministra da Espanha defende cortar relações com Israel: “genocídio planejado a Gaza”*, 2023. Disponível em: <<https://operamundi.uol.com.br/guerra-israel-hamas/83799/ministra-da-espanha-defende-cortar-relacoes-com-israel-genocidio-planejado-a-gaza>>. Acesso em 7 de dezembro de 2023.
- GORDON, Neve. *Israel's occupation*. Berkeley: Univ of California Press, 2008.
- HALPER, Jeff. *War against the people: Israel, the Palestinians and global pacification*. Londres: Pluto Press, 2015
- HANIEH, Adam. *Lineages of revolt: issues of contemporary capitalism in the Middle East*. Chicago: Haymarket books, 2013.
- HEVER, Shir. *The privatization of Israeli security*. Londres: Pluto Press, 2018.
- HUBERMAN, Bruno; NASSER, Reginaldo. “Continuidades entre as políticas externas de Biden e Trump para Palestina/Israel”, *Conjuntura Internacional*. Belo Horizonte, v. 18, n. 3, 2023, pp. 9-21.

- IOKOI, Zilda. *Intolerância e resistência: a saga dos judeus comunistas entre a Polônia, a Palestina e o Brasil (1935-1975)*. São Paulo: Editora Humanitas, 2004.
- KAUFMAN, Asher, “Between Palestine and Lebanon: seven Shi’i villages as a case study of boundaries, identities, and conflict”, *The Middle East Journal*. Washington D. C., v. 60, n. 4, 2006, pp. 685-706.
- KLIEMAN, Aaron S. *Israel’s global reach: arms sales as diplomacy*. Washington: Potomac Books Inc, 1985.
- KOUTTEINEH, Farrah. *50 yrs since coup against Allende: why were Palestinian-Chileans divided over Pinochet’s rule?*, 2023. Disponível em: <<https://www.newarab.com/opinion/chile-coup-class-divided-palestinian-chileans-over-pinochet>>. Acesso em 7 de dezembro de 2023.
- LLOYD, David. “Settler colonialism and the state of exception: Palestine/Israel”, *Settler Colonial Studies*, v. 2, n. 1, 2012, pp. 59–80.
- McKERNAN, Bethan. *Saudi Arabia “getting closer” to normalising relations with Israel, crown prince says*, 2023. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2023/sep/21/saudi-arabia-getting-closer-to-normalising-relations-with-israel-crown-prince-says>>. Acesso em 7 de dezembro de 2023.
- McMURTRY, Alyssa. *Barcelona suspends relations with Israel*. Disponível em: <<https://www.aa.com.tr/en/europe/barcelona-suspends-relations-with-israel/3063970>>. Acesso em 7 de dezembro de 2023.
- MIDDLE East eye. *UN experts publish letter criticising German anti-BDS law*, 2020. Disponível em: <<https://www.middleeasteye.net/news/un-special-rapporteurs-probe-germanys-anti-bds-law-limiting-freedom-expression>>. Acesso em 7 de dezembro de 2023.
- MIDDLE East monitor. *Activists block US arms shipment heading to Israel*, 2023. Disponível em: <<https://www.middleeastmonitor.com/20231103-activists-block-us-arms-shipment-heading-to-israel/>>. Acesso em 7 de dezembro de 2023.
- MOTAMEDI, Maziar. *Houthi target Israel-linked ships in Red Sea: here’s what you need to know*, 2023. Disponível em: <<https://www.aljazeera.com/news/2023/12/4/yemens-houthi-target-israeli-linked-ships-in-red-sea-heres-what-to-know>>. Acesso em 7 de dezembro de 2023.
- MUNAYYER, Yousef. *Why Palestinians aren’t joining Israel’s protests*, 2023. Disponível em: <<https://foreignpolicy.com/2023/04/07/israel-palestine-protests-judicial-reform-supreme-court-netanyahu-apartheid/>>. Acesso em 7 de dezembro de 2023.
- OLESKER, Ronnie. “Delegitimization as a National Security Threat”, *Israel Studies Review*, v. 34, n. 2, 2019, pp. 33–54.
- REDAÇÃO RBA. *Fábrica de Israel contratada por Bolsonaro é alvo de protestos*, 2023. Disponível em: <<https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/fabrica-de-drones-de-israel-contratada-por-bolsonaro-e-alvo-de-protestos-em-porto-alegre/>>. Acesso em 7 de dezembro de 2023.
- REPRESENTACIÓN de Chile ante el Estado de Palestina. *Visita de Parlamentarios y políticos chilenos a Palestina*. Disponível em: <<https://www.chile.gob.cl/palestina/noticias/visita-de-parlamentarios-y-politicos-chilenos-a-palestina>>. Acesso em 7 de dezembro de 2023.

- REUTERS. *Belgian unions refuse handling arms shipments for Israel-Hamas conflict*, 2023. Disponível em: <<https://www.reuters.com/world/europe/belgian-unions-refuse-handling-arms-shipments-israel-hamas-conflict-2023-10-31/>>. Acesso em 9 de dezembro de 2023.
- SAGIR, Ceren. *U.K. activists and unions target three weapons factories to block Israeli arms shipments*, 2023. Disponível em: <<https://peoplesworld.org/article/u-k-activists-and-unions-target-three-weapons-factories-to-block-israeli-arms-shipments/>>. Acesso em 7 de dezembro de 2023.
- SAHD, Fabio B. “Ocupação ou apartheid? uma ressignificação interpretativa necessária para o caso palestino/israelense”, *Outros Tempos: pesquisa em foco – História*. São Luís, v. 19, n. 34, 2022, pp. 92–122. DOI: 10.18817/ot.v19i34.986.
- SALAMANCA, Omar Jabary; QATO, Mezna; RABIE, Kareem; SAMOUR, Sobhi. “Past is present: settler colonialism in Palestine”, *Settler Colonial Studies*, v. 2, n. 1, 2012, pp. 1-8.
- SEGAL, Raz. *A textbook case of genocide*, 2023. Disponível em: <<https://jewishcurrents.org/a-textbook-case-of-genocide>>. Acesso em 7 de dezembro de 2023.
- SETO, Guilherme. *Movimento global pró-Palestina pede que Lula revogue acordos com Israel assinados por Bolsonaro*, 2023. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/painel/2023/10/movimento-global-pro-palestina-pede-que-lula-revogue-acordos-com-israel-assinados-por-bolsonaro.shtml>>. Acesso em 7 de dezembro de 2023.
- SHAFIR, Gershon. *Land, labor and the origins of the Israeli-Palestinian conflict: 1882-1914*. Berkeley: Univ of California Press, 1996.
- SHLAIM, Avi. *A muralha de ferro: Israel e o mundo árabe*. Rio de Janeiro: Fissus, 2004.
- SINGER, Joel. “The Abraham Accords: normalization agreements signed by Israel with the U.A.E., Bahrain, Sudan, and Morocco”, *International Legal Materials*, v. 60, n. 3, 2021, pp. 448–463.
- SIPRI. *SIPRI Arms Transfers Database*. Disponível em: <<https://www.sipri.org/databases/armstransfers>>. Acesso em 5 de dezembro de 2023.
- TUCK, Eve; YANG, K. Wayne. “Decolonization is not a metaphor”, *Tabula Rasa*. Bogotá, n. 38, 2021, pp. 61-111.
- WOLFE, Patrick. “Settler colonialism and the elimination of the native”, *Journal of Genocide Research*, v. 8, n. 4, 2006, pp. 387-409.
- WORKERS in Palestine. *An urgent call from Palestinian trade unions: end all complicity, stop arming Israel*, 2023a. Disponível em: <<https://workers-in-palestine.webflow.io/the-calls-languages/english>>. Acesso em 7 de dezembro de 2023.
- WORKERS in Palestine. *Japanese railway workers union Doro Chiba picket arms factory*, 2023b. Disponível em: <<https://workers-in-palestine.webflow.io/news/doro-chiba-picket>>. Acesso em 7 de dezembro de 2023.
- WORLD food programme. *WFP pauses food distributions in northern areas of Yemen*, 2023. Disponível em: <<https://www.wfp.org/news/wfp-pauses-food-distributions-northern-areas-yemen>>. Acesso em 7 de dezembro de 2023.
- YARON, Oded. *Israeli arms exports skyrocket amid Ukraine war, Iran and Abraham Accords*, 2022. Disponível em: <<https://www.haaretz.com/israel-news/security->

[aviation/2022-11-22/ty-article/.premium/israels-arms-exports-flourish-amid-ukraine-war-iran-and-abraham-accords/00000184-81eb-dfe4-adff-b9fbbb840000](https://www.fox.com/aviation/2022-11-22/ty-article/.premium/israels-arms-exports-flourish-amid-ukraine-war-iran-and-abraham-accords/00000184-81eb-dfe4-adff-b9fbbb840000)>. Acesso em 7 de dezembro de 2023.

YOUNG, David; SHERLOCK, Cillian. *Protesters call for expulsion of Israeli ambassador in Dublin*, 2023. Disponível em: <<https://www.breakingnews.ie/ireland/protesters-call-for-expulsion-of-israeli-ambassador-in-dublin-1552267.html>>. Acesso em 7 de dezembro de 2023.